



17 DE JULHO DE 2018

Terça-feira

- CNI APRESENTA AGENDA TRIBUTÁRIA PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO BRASIL
- BRASIL NÃO PODE ABRIR MÃO DE UM SISTEMA DE DEFESA COMERCIAL FORTE, DIZ CNI
- ATUAÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS INFLUENCIA ESCOLHA DO CONSUMIDOR
- PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS ESTÃO MENOS OTIMISTAS NO TERCEIRO TRIMESTRE, MOSTRA PESQUISA
- ITAÚ ENTRA NO MERCADO DE MAQUININHAS PARA PEQUENOS NEGÓCIOS
- SPREAD ESTÁ CAINDO NO CRÉDITO PARA PESSOA FÍSICA E JURÍDICA, DIZ DIRETOR DO BC
- CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO PODEM ELEVAR NEGÓCIOS
- MARIA SILVIA: REFORMA É IMPORTANTE, MAS É PRECISO AMBIENTE DE NEGÓCIOS MELHOR
- A PÓS-VERDADE NA DISCUSSÃO DAS REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA
- PUBLICADO O MANUAL DO eSOCIAL WEB GERAL
- EMPREGADORES PF E-SOCIAL INICIA EM 01/ 2019
- EMPRESAS NO eSOCIAL PODERÃO COMPENSAR DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS
- PEQUENOS NEGÓCIOS DERAM O PRIMEIRO EMPREGO PARA 55% DAS PESSOAS
- PAÍS DEIXA DE CRIAR 80% DAS VAGAS DE TRABALHO PREVISTAS
- PF DIZ QUE EX-MINISTRO DO TRABALHO ERA 'FANTOCHE DOS CACIQUES DO PTB' E CRISTIANE BRASIL, 'LÍDER'
- "O PRÓXIMO PRESIDENTE TERÁ QUE LUTAR PELO AJUSTE FISCAL", DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO
- BALANÇA TEM SUPERÁVIT DE US\$ 1,435 BI NA 2ª SEMANA DE JULHO
- IIF: BRASIL LIDERA FLUXO DE INVESTIMENTO DE MAIS LONGO PRAZO ENTRE EMERGENTES
- DÓLAR SOBE ANTE O REAL COM FOCO EM CENA POLÍTICA

- ALTA DO DÓLAR ENCARECE MATÉRIA-PRIMA E PRESSIONA MARGEM DE LUCRO DA INDÚSTRIA
- FMI REDUZ PROJEÇÃO PARA 1,8% NO BRASIL
- BRASIL INICIA REVISÃO DE DIREITO ANTIDUMPING NA IMPORTAÇÃO DE LAMINADOS DE AÇO DA CHINA, COREIA DO SUL E TAIWAN
- RIO TINTO TEM ALTA NA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO E SINALIZA 2018 MAIS FORTE
- COBRE OPERA EM BAIXA, DIANTE DE PESSIMISMO SOBRE DEMANDA FUTURA
- PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE RECUA EM MINAS GERAIS
- PREÇO DO DIESEL TEM LEVE ALTA APÓS 5 SEMANAS DE QUEDA, DIZ ANP
- MERCEDES ESPERA MERCADO DE ÔNIBUS DE 15% A 20% MAIOR
- COM RECORDE, VENDAS GLOBAIS DO GRUPO RENAULT CRESCEM 9,8% NO SEMESTRE
- MINI CABRIO CHEGA AO BRASIL A PARTIR DE OUTUBRO
- MAESTRO AMPLIARÁ E RENOVARÁ FROTA PARA LOCAÇÃO COM RECURSOS DE DEBÊNTURES
- JTZ SE CONSOLIDA NO 3º LUGAR ENTRE AS FÁBRICAS DE MOTOS

CÂMBIO		
EM 17/07/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,861	3,861
Euro	4,503	4,504

Fonte: BACEN

CNI apresenta agenda tributária para aumentar a competitividade do Brasil

17/07/2018 – Fonte: CNI (publicado em 16-07-2018)

Proposta para presidenciais prevê a modernização da tributação indireta, com redução da cumulatividade e da complexidade. Instituição indica caminho pragmático para corrigir as distorções que limitam o crescimento, a inserção internacional e os investimentos

O Brasil precisa de um modelo tributário eficiente, simples, transparente e isonômico. Essa é a base do estudo **Modernizar a tributação indireta para garantir a competitividade do Brasil** e parte do conjunto de 43 documentos sobre temas estratégicos que foram entregues aos candidatos à presidência da República pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O documento mostra que há caminhos possíveis para a superação dos desafios tributários. A proposta pragmática foca em três grandes distorções do sistema brasileiro: cumulatividade, complexidade no pagamento de tributos e a atraso na devolução de créditos tributários.

O gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, lembra que quanto mais complexo for o sistema tributário, mais tempo e dinheiro as empresas vão gastar para atenderem as exigências do Fisco. Com a cumulatividade de impostos, Castelo Branco explica que o produto nacional se torna mais caro e perde a competitividade no mercado interno para o bem importado e no exterior para os produtos vendidos por outros países.

“Em mais de 150 países, a tributação é totalmente não cumulativa e os bens e serviços pagam apenas o Imposto de Valor Agregado (IVA). No Brasil, há cinco impostos total ou parcialmente cumulativos: ICMS, PIS/Pasep, Cofins, IPI e ISS. O resultado disso é que 6,45% da carga tributária total gerada pelo atual sistema tributário brasileiro foram recolhidos por incidências cumulativas”, explica Castelo Branco.

O economista afirma que o próximo governo deve atacar as distorções tributárias do Brasil de forma coerente, levando em consideração os efeitos da cumulatividade. Só assim, diz Castelo Branco, a tributação cumprirá sua função social e econômica e deixará de ser um entrave ao crescimento mais acelerado do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, atualmente, os custos das empresas brasileiras são elevados pelas dificuldades para compensação e restituição de tributos indiretos, como IPI, PIS/Pasep, Cofins e ICMS.

FIM DA CUMULATIVIDADE – A CNI defende a substituição do conceito de crédito físico pelo de crédito financeiro no sistema de débito-crédito do ICMS, do PIS/Pasep e da Cofins.

No crédito físico só há geração de crédito na aquisição de insumos e produtos intermediários consumidos no processo de industrialização. No crédito financeiro a geração de crédito considera os valores pagos na aquisição de todos os bens e serviços envolvidos na manufatura. Com essa alteração, será possível deduzir todo tributo pago pelo contribuinte em suas aquisições, eliminando a cumulatividade na tributação indireta.

Outra ação para reduzir os malefícios causados pelos impostos no Brasil, é estabelecer um prazo máximo para devolução dos créditos de ICMS, PIS/Pasep e Cofins, de, no máximo, 30 dias úteis após o pedido de restituição.

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS – Além disso, a CNI propõe que os créditos tributários federais (IPI e PIS/Cofins) possam ser compensados, sem vedações, com quaisquer débitos também de caráter federal, inclusive previdenciários. Segundo Castelo Branco, no caso do ICMS é importante que as empresas possam fazer a compensação de débitos e créditos entre elas, desde que estejam localizadas no mesmo Estado. Ainda os créditos do ICMS poderiam ser usados para pagar os débitos com ICMS-ST, ICMS-Importação e ICMS-Difal (diferencial de alíquota).

“É preciso agilizar o processo de compra e venda de créditos tributários entre empresas. Atualmente, esse expediente é comprometido pela morosidade e incerteza que cerca a avaliação do Fisco”, diz o gerente-executivo de Política Econômica da CNI.

REDUÇÃO DA COMPLEXIDADE – A Confederação também defende a alteração da cobrança do ICMS da origem para o destino. Essa é considerada a forma mais desejável de tributação sobre consumo e permitirá que as exportações sejam completamente desoneradas, elevando a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. Outro resultado positivo da medida é o fim da “guerra fiscal” entre os estados.

Para superar a insegurança e a complexidade operacional gerada pelo emaranhado de regras dos fiscos estaduais no âmbito do ICMS, a CNI propõe um estatuto de coordenação tributária do ICMS entre os estados, com alíquotas mínimas e máximas, padronização das faturas e das declarações de ICMS e dos critérios.

Castelo Branco chama a atenção para o aumento da transparência na tributação indireta no Brasil. Uma das formas de se resolver o problema é substituir o sistema de cálculo "por dentro" pelo cálculo "por fora" na apuração do valor a ser pago de ICMS, do PIS/Pasep e da Cofins.

Essa alteração evita que a alíquota desses tributos seja considerada na composição da base de cálculo sobre a qual o imposto é aplicado. Com isso, as alíquotas do ICMS, do PIS/Pasep e da Cofins serão aplicadas diretamente sobre o valor da fatura do produto ou serviço comercializado.

DESONERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS – A CNI também apresenta propostas para a desoneração de investimentos produtivos no Brasil. O setor produtivo defende que o governo reduza a incidência de tributos não recuperáveis. Isso se dará com a inclusão do ISS na base de incidência do ICMS na tributação de serviços e a autorização para que o IPI gere crédito na aquisição de bens de capital.

A indústria vê a necessidade em se aperfeiçoar as regras para a restituição de tributos recuperáveis, com o uso imediato dos créditos de ICMS nas aquisições de bens de capital, além do ressarcimento, em dinheiro, dos saldos credores do PIS/Cofins. Há propostas para aprimorar as regras de tributação sobre a renda e desonerar a tributação indireta na fase de construção.

AÇÕES PARA O BRASIL CRESCER MAIS E MELHOR - Os 43 documentos com propostas da CNI para o novo governo foram elaborados com base no [Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022](#), que aponta os caminhos para o Brasil construir, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional.

Os estudos sugerem ações em áreas como eficiência do estado, segurança jurídica, infraestrutura, tributação, educação, meio ambiente, inovação, financiamento e segurança pública.

As propostas foram discutidas com os presidentiáveis durante o Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência da República, que reuniu 2.000 líderes empresariais em Brasília. A CNI apresenta as propostas da indústria aos presidentiáveis desde a eleição de 1994.

Brasil não pode abrir mão de um sistema de defesa comercial forte, diz CNI

17/07/2018 – Fonte: CNI (publicado em 16-07-2018)

Setor privado defende que o governo considere as análises técnicas na aplicação de medidas antidumping. Esse instrumento, usado contra práticas de comércio desleais, é essencial em um momento de negociação de acordos de livre comércio



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) recomenda ao próximo governo que evite ingerência política com argumentos frágeis na defesa comercial brasileira. O avanço do comércio exterior brasileiro depende do uso técnico desse instrumento.

A proposta [**Defesa comercial: agenda para um comércio justo**](#) mostra que o direito antidumping, medidas anti-subsídios e salvaguardas são legítimos, usados para inibir práticas desleais de comércio e estabelecidos por normas internacionais. O documento faz parte do conjunto de 43 propostas sobre temas estratégicos entregues aos candidatos à presidência da República pela Confederação.

A falta de conhecimento sobre a diferença entre protecionismo e defesa comercial atualmente, em setores do Ministério da Fazenda, preocupa o setor privado. Desta forma, a CNI quer garantir que o próximo governo considere as análises técnicas na aplicação de medidas antidumping, que atualmente afetam uma pequena parcela das importações brasileiras, menos de 1%. Se fosse uma ação protecionista, esse percentual deveria muito maior.

O antidumping passa por uma extensa análise técnica feita pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom) do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Se o órgão identificar que a mercadoria importada é vendida por um preço maior no seu país de origem com prejuízo à indústria brasileira, o órgão recomenda a imposição de um imposto de importação. Cabe à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) decidir se a medida é aplicada ou não.

O Brasil apresenta o terceiro menor número de medidas aplicadas entre os principais países aplicadores de defesa comercial, atrás da Austrália e da África do Sul. Entre 1995 e 2016, dos pedidos de investigação feitos pela indústria, em apenas 60% dos casos o Decom identificou dumping, o que mostra o rigor da análise técnica. Nos concorrentes brasileiros como Argentina, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia esse percentual é bem maior.



CONCORRÊNCIA DESLEAL – O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, explica que a análise técnica não é um problema para a indústria. No entanto, o Brasil deve usar os instrumentos que possui para impedir concorrência desleal, quando ela for identificada pelo Decom.

Segundo Abijaodi, dentro da CAMEX o Grupo Técnico de Avaliação em Interesse Público (GTIP) considera de forma equivocada que a concorrência desleal é benéfica aos consumidores do país.

Abijaodi explica que importações a preços de dumping ou que contam com subsídios de outros governos causam danos à produção doméstica, aos investimentos e ao emprego. “O saldo final é negativo para o Brasil como um todo”, afirma o diretor.

A discussão sobre a importância dos instrumentos de Defesa Comercial é especialmente relevante neste momento devido à mudança na agenda de comércio exterior brasileira, que passou a incluir a negociação de acordos essenciais para a inserção do país no comércio internacional.

Esse movimento de abertura, já praticado há muito tempo por diversos parceiros do Brasil, é muito benéfico para o país, na medida em que permitirá às empresas o acesso

a novos mercados, fomentará a competição interna e contribuirá para integrar o Brasil nas cadeias de valor internacionais.

PROPOSTAS – Seguem as recomendações da CNI:

SEGURANÇA JURÍDICA – Como forma de garantia da segurança jurídica em questões de Defesa Comercial, é essencial que as análises técnicas do Decom sejam levadas em consideração em decisões referentes à aplicação de medidas antidumping.

DECRETO SOBRE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS – O novo decreto de medidas compensatórias, que passou por consulta pública em 2013, ainda não se encontra em vigor. A norma atual de 1995 necessita de atualizações para tornar o instrumento de Defesa Comercial mais acessível.

DECRETO SOBRE SALVAGUARDAS – Apesar da realização de consulta sobre o tema em 2017, a nova norma sobre salvaguardas não entrou em vigor. É importante que o novo decreto estipule as condições em que a Camex deve tomar decisões por interesse público. Além disso, é essencial que seja garantida flexibilidade quanto ao teste de representatividade da indústria doméstica para o início de investigações.

REGRAS PARA INDÚSTRIAS FRAGMENTADAS – O estabelecimento de regras para a habilitação de indústrias fragmentadas em investigações é essencial para facilitar o acesso dessas indústrias aos mecanismos de defesa comercial.

A CNI defende que se conceda um prazo mais longo para o levantamento de informações solicitadas pelo Decom, além da garantia de o processo de habilitação mais simples e menos custoso possível.

PORTARIA SOBRE CHINA – Ao contrário do que afirma a China, o Protocolo de Acesso do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) não garante tratamento como economia de mercado, no âmbito de investigações antidumping.

Por meio de portaria Secretária de Comércio Exterior, é necessário estabelecer os novos procedimentos que passarão a vigorar sobre o tratamento que o Brasil dará ao país.

APOIO AOS EXPORTADORES – As exportações brasileiras têm sido alvo de restrições que, por vezes, não respeitam as regras multilaterais referentes às investigações e à aplicação das medidas de defesa comercial.

Nesses casos, é fundamental ter normas sobre prazos e procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos, de maneira que as notificações aos órgãos públicos sejam céleres e que o exportador tenha mais tempo para contar com o apoio governamental.

AÇÕES PARA O BRASIL CRESCER MAIS E MELHOR - Os 43 documentos com propostas da CNI para o novo governo foram elaborados com base no [Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022](#), que aponta os caminhos para o Brasil construir, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional.

Os estudos sugerem ações em áreas como eficiência do estado, segurança jurídica, infraestrutura, tributação, educação, meio ambiente, inovação, financiamento e segurança pública.

As propostas foram discutidas com os presidentiáveis durante o Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência da República, que reuniu cerca de 2 mil líderes empresariais no dia 4 de julho, em Brasília. A CNI apresenta as propostas da indústria aos presidentiáveis desde a eleição de 1994.

Atuação social das empresas influencia escolha do consumidor

17/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 16-07-2018)

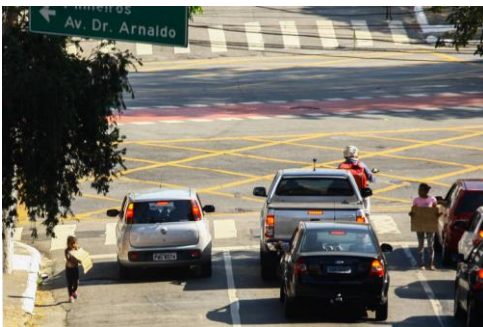
Dividem com o governo responsabilidade de impedir mão de obra infantil, diz pesquisa

A atuação social das companhias influencia o consumo de seus produtos e elas são responsáveis, junto com o governo, pelo combate ao uso de mão de obra infantil.

As conclusões são baseadas em pesquisa encomendada pela Abrinq, organização que defende direitos e exercício da cidadania de crianças e adolescentes. Foram entrevistadas 1.068 pessoas em todas as regiões do país, homens e mulheres com idade entre 25 e 70 anos, em dezembro de 2017. Os resultados foram apresentados a líderes empresariais em São Paulo.

O levantamento buscou avaliar também que iniciativas estimulam a formação de uma imagem positiva das empresas junto aos consumidores.

Entre as mais votadas, estão: manter programas de aprendizagem para jovens (34%), colaborar com escolas, postos de saúde e entidades sociais (32%), não colocar em campanhas grupos sociais em situações constrangedoras, preconceituosas ou abusivas (28%), adotar práticas de combate à poluição (24%) e atacar a violência contra crianças e adolescentes (24%).



Estatuto da Criança e do Adolescente comemorou 28 anos em 13 de julho e país convive com trabalho infantil, como este exemplo flagrado no bairro de Sumaré, zona Oeste de São Paulo, dia 14 de julho - Aloisio Mauricio /Fotoarena/Folhapress

Segundo a pesquisa, o consumidor valoriza empresas que atuem na promoção da educação, do meio ambiente, da saúde e do combate ao trabalho infantil. Ganham valor aos olhos dos consumidores as empresas que colaboram com a limpeza do meio ambiente (48%), melhoram cuidados com a saúde da população (44%), melhoram a educação (41%), trabalham para prevenir aumento da criminalidade (38%) e ajudam a oferecer uma educação infantil de qualidade (37%).

Desde 1995, a Abrinq tem uma iniciativa específica para engajar o setor empresarial na prevenção e combate à exploração da mão de obra infantil e estimular o investimento social privado, o Programa Empresa Amiga da Criança (PEAC).

Podem participar da iniciativa empresas que têm como compromissos não explorar o trabalho infantil e não permitir esse tipo de atividade em sua cadeia produtiva; realizar ações sociais em benefício de crianças e adolescentes e promover a formação profissional e o acesso ao emprego protegido para adolescentes.

Além disso, estão vetadas empresas produtoras, beneficiárias e comerciantes de fumo, armas de fogo e bebidas alcoólicas.

As empresas ganham um selo que as identifica como signatárias do programa. Em 2017, o PEAC reuniu 842 companhias - 819 empresas e por 23 cooperativas-, de 23 Estados.

As empresas apresentam anualmente os números relativos à sua atuação social, descrevendo os programas e projetos, valores investidos e número de beneficiados. No ano passado, foram investidos R\$ 411,1 milhões, somando investimento direto (R\$ 316,2 milhões), leis de incentivo (R\$ 67,4 milhões) e fundos (R\$ 27,4 milhões).

PRESSÃO SOBRE FORNECEDORES

Uma das maneiras de combate ao trabalho infantil é ampliar o veto a toda a cadeia de fornecedores. É nesse aspecto que a atuação de grandes empresas pode encontrar maior repercussão.

Para colocar isso em prática, as empresas são aconselhadas a inserir uma cláusula em contrato que encerra negócios com o fornecedor caso ocorra trabalho infantil. A ideia tem encontrado respaldo: 62% das participantes declaram que inserem a cláusula nos seus contratos.

A pesquisa realizada com consumidores aponta que 80% deixariam de comprar produtos e ou serviços de empresas que utilizassem mão de obra infantil, 13% não deixariam e 7% não sabem.

O programa recomenda também ações educativas e de esclarecimento junto a clientes, funcionários e comunidade para o combate do trabalho infantil e a contratação de aprendizes.

A Abrinq estimula a prática da aprendizagem como forma de combate à contratação ilegal dos jovens. Entre as empresas participantes, 64% dizem ter obrigação legal de contratação de jovens aprendizes.

CONSUMIDORES AVALIAM

Para avaliar os resultados obtidos ao longo dos 23 anos de iniciativa, a Abrinq fez um mapeamento interno de suas associadas e um levantamento com consumidores.

"O que nos chamou a atenção foi que o consumidor está hoje mais interessado em como as empresas se posicionam e o que elas estão fazendo. E isso direciona a compra", avalia Denise Rosário, gerente executiva da Abrinq.

"Em condições iguais de produto e preço, as pessoas dão preferência aos produtos de empresas com compromisso social e ético", diz. "O consumidor cada vez mais entende que as empresas têm de ajudar a diminuir as distâncias entre pobres e ricos".

Outra conclusão do levantamento, segundo ela, é de que o selo se tornou um meio de comunicação eficaz.

"No passado, não havia compreensão sobre o significado do selo e nem sobre que tipo de investimento ele representava, o investimento social", afirma.

ECA FAZ 28 ANOS E CERCA DE 2 MILHÕES TRABALHAM

O Estatuto da Criança e do Adolescente comemorou 28 anos dia 13 de julho. Apesar de ser considerado um marco importante para a defesa dos direitos desses grupos vulneráveis, de acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2016, o Brasil tinha 1,8 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

Segundo a Abrinq, há um outro dado importante que deve ser levado em conta: há 716 mil crianças trabalhando para consumo próprio, segundo o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

Ainda de acordo com a Abrinq, há 93 atividades categorizadas na lista das piores formas de trabalho infantil no país, entre elas exploração sexual, tráfico de drogas, trabalho informal urbano, agrícola, doméstico e na construção civil, além de aliciamento para atividades ilícitas e formas análogas à escravidão, como sujeição por dívida, servidão e trabalho compulsório.

Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU é a erradicação do trabalho infantil em todas as suas formas até 2025.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Um dos tópicos da pesquisa realizada pela Abrinq mostra a que agentes os consumidores atribuem responsabilidade sobre questões sociais e ambientais.

Na maioria dos casos, os entrevistados apontam para uma responsabilidade compartilhada entre governo e empresas.

Segundo a pesquisa, 69% dos consumidores entendem que empresas e as instâncias de governo são corresponsáveis pela não utilização de mão de obra infantil, e 64% acham que o cumprimento das cotas de aprendizagem também é responsabilidade de ambos.

Para 57%, também empresas e governo devem ajudar a reduzir a distância entre ricos e pobres e, para 56%, os dois têm responsabilidade de reduzir violações de direitos humanos.

Pequenos e médios empresários estão menos otimistas no terceiro trimestre, mostra pesquisa

17/07/2018 – Fonte: G1

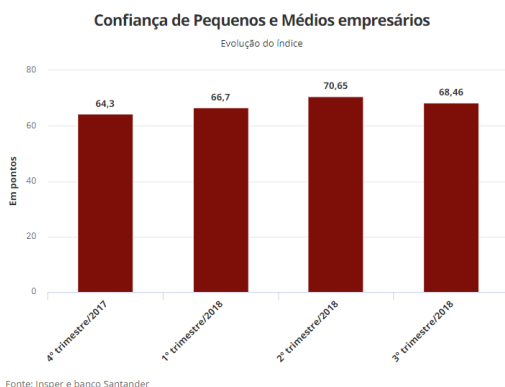
Recuo pode ser explicado pela manifestação de maio dos caminhoneiros e pela incerteza com o quadro eleitoral.

Os pequenos e médios empresários brasileiros estão menos otimistas neste terceiro trimestre. A confiança desse grupo recuou 3,09%, de 70,65 pontos para 68,46 pontos, na comparação com o levantamento que contemplava o período de abril a junho.

A queda no Índice de Confiança dos Pequenos e Médios Negócios (IC-PMN), medido pelo Centro de Estudos em Negócios do Insper e pelo banco Santander, marca uma interrupção da melhora do ambiente de negócios observada ao longo deste ano. A confiança melhorou no primeiro e segundo trimestres.

Confiança de Pequenos e Médios empresários

Evolução do índice



O recuo pode ser explicado pela manifestação de maio dos caminhoneiros, que prejudicou todos os setores da economia, e pela incerteza com o quadro eleitoral.

"Antes do episódio da greve dos caminhoneiros, já havia um ambiente de menor otimismo", afirma o professor do Insper responsável pela pesquisa, Gino Olivares. "Com o episódio dos caminhoneiros, houve uma piora do cenário e os analistas revisaram para baixo as estimativas de crescimento."

Na passagem do segundo semestre para o terceiro, a maior queda na confiança ocorreu no Nordeste (-7,86%), seguido pelas regiões Sul (-6,39%) e Norte (-6,11%). O indicador na região Sudeste (-0,10%) ficou praticamente estável e no Centro-Oeste houve uma melhora (0,73%).

Os índices de confiança estão sendo analisados de perto pelos economistas. Eles funcionam como um indicador antecedente e, portanto, sinalizam como deve ser o desempenho da economia no futuro e, dessa forma, se o estrago causado pela greve dos caminhoneiros vai ser recuperado.

Vendas devem ficar estáveis

A pesquisa também apurou que a maioria dos pequenos e médios empresários espera pouca mudança no quadro das vendas no terceiro trimestre.

Para 46% dos empresários consultados, haverá estabilidade nas vendas, enquanto 42% esperam aumento ou aumento significativo e 13% redução ou redução significativo nas vendas.

Expectativa para as vendas

Maioria dos pequenos e médios empresários espera estabilidade nas vendas



Os dados do IC-PMN são coletados por meio de entrevistas telefônicas com 1.356 pequenos e médios empresários de todo o País, dos setores da indústria, comércio e serviços.

Itaú entra no mercado de maquininhas para pequenos negócios

17/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Maior banco do país, o Itaú vai começar a oferecer maquininhas de cartões para autônomos, microempreendedores e pequenas empresas sob a marca Credicard Pop.

Com isso, o Itaú passa a concorrer com empresas como a PagSeguro, do UOL (empresa do Grupo Folha, que edita a Folha) e com maquininhas de grandes companhias que já atuam nesse segmento.



O Itaú até então operava no segmento de maquininhas apenas com a marca Rede. O grande diferencial da maquininha do Itaú é que as vendas a crédito serão pagas ao lojista em dois dias. No mercado, o prazo usual de pagamento é de 30 dias.

Spread está caindo no crédito para pessoa física e jurídica, diz diretor do BC

17/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Reinaldo Le Grazie, destacou que o custo de crédito tem caído, conforme o Indicador de Custo de Crédito (ICC), desde o final de 2016, tanto para pessoas jurídicas quanto para pessoas físicas. A declaração foi dada na abertura do Prêmio Finanças Mais, do Grupo Estado, nesta terça-feira, 17, em São Paulo.

Le Grazie também ressaltou que o crédito imobiliário tem crescido, com spreads baixos, passando de 5% do crédito total há 10 anos para 20% atualmente.

Le Grazie, em sua fala, também exaltou os avanços da Agenda BC+, como a simplificação de compulsórios, acordos econômicos, que, segundo ele, dão segurança para o mercado, além da criação da TLP (taxa de longo prazo, que substituiu a TJLP nos financiamentos do BNDES).

“O arcabouço de compulsórios hoje é mais simples.” Ele também comentou sobre a centralização das liquidações, que tem se mostrado adequada.

O diretor do BC também destacou que todas propostas dessa agenda são pensadas sempre em discussões com o mercado.

Fintechs

Le Grazie destacou, entre as ações promovidas pela instituição para dar eficiência ao mercado, a normatização e o estímulo a fintechs. “É importante manter barreiras baixas para os novos entrantes no mercado de crédito.” Segundo ele, o Brasil aparece “bem na foto” no universo de fintech no mundo.

Em números, conforme Le Grazie, o Brasil terminou o ano passado com 320 empresas desse tipo e deve alcançar 400 neste ano. “É um número alto.”

O diretor destacou que as fintechs têm sido um bom instrumento para melhorar o ambiente de meios de pagamento, como, por exemplo, o uso do cartão de crédito como crédito e débito como forma de pagamento.

Le Grazie afirmou ainda que os depósitos voluntários complementam a grade de instrumentos do BC para a política monetária.

Ele também mencionou outras ações da agenda BC+ que ainda estão em processo, como a autonomia do Banco Central, que, segundo ele, dará um arcabouço mais adequado para o mandato da instituição.

Criatividade e inovação podem elevar negócios

17/07/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Em período de retração nas vendas, comerciantes devem conhecer o perfil dos clientes e investir em comunicação

Com a recuperação lenta da economia no País, a queda nas vendas do varejo e a perspectiva de um cenário de incertezas para os próximos meses devido às eleições, os comerciantes podem recorrer à inovação na tentativa de minimizar os impactos negativos. Estratégias e ações de curto e médio prazos são opções para quem quer ir além de um modelo tradicional de negócios e se reinventar.

O presidente-executivo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), Eduardo Terra, resalta que o primeiro passo é desassociar o conceito de inovação de uma

noção de futuro ou tecnologias distantes e ações caras. “Muitas vezes a inovação é associada a ações de longo prazo e a tecnologia, mas ela pode estar em ideias criativas para superar a crise e aumentar as vendas. É preciso trazer o conceito da inovação para buscar novos meios, principalmente em um ano como esse que é difícil para o varejo”, explicou.

Essa inovação, segundo Terra, deve ser usada para melhorar produtividade da empresa reduzindo custos e, para isso, é preciso observar processos e operações para entender maneiras de fazer mais com menos, deixando a empresa mais leve com custos mais baixos e competitivos. Ela também pode ser aplicada para promover aumento das vendas por meio da criatividade na busca de diferentes formas de atrair mais compradores e vender mais para os mesmos clientes.

“Trabalhar a base já existente leva a ações específicas que exigem pouco investimento e fazem com que as pessoas voltem para a loja e comprem mais quando procuram o estabelecimento. É preciso focar no conjunto da inovação para o curto prazo, observando melhorias dos custos e da produtividade e, por outro lado, a inovação promocional amplia as vendas, aumenta o número de clientes e o tíquete médio”, afirmou Terra.

Na avaliação do diretor vogal do Instituto de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (Ibevar), Nuno Fouto, é imprescindível entender o perfil dos clientes e potenciais consumidores, especialmente em momentos de restrição à renda, como o atual cenário.

“Nesse contexto, os consumidores buscam oportunidades e conveniência na hora das compras. Se o lojista conhece o perfil do comprador, é possível se adequar melhor e entregar produtos necessários sem custo elevado para variar o mix. Além disso, é um bom momento para tentar conquistar novos consumidores”, avaliou.

Para Fouto, a comunicação de forma eficaz permite chamar a atenção para os diferenciais que a loja pode apresentar. Ele destaca que, no caso das lojas de rua, tentar antecipar sazonalidades de maneira diferenciada é uma boa estratégia. “No dia a dia é possível identificar o que os clientes estão pensando em comprar, como gostariam de pagar, as dificuldades que estão enfrentando e, em cima disso, apresentar soluções inovadoras”, ressaltou.

Uso do digital – Entre os caminhos para atrair clientes, o presidente-executivo da SBVC, Eduardo Terra, destaca a propaganda tradicional, que tem o custo mais alto, a base de clientes que as empresas já têm e as opções digitais. Segundo Terra, otimizar os investimentos nessa última área tem a vantagem de permitir medir resultados com mais facilidade e precisão, conhecer o público e saber que ações estão dando resultado e as que não estão.

“Para todos os tipos de comércio é possível separar verbas específicas destinadas para microcampanhas on-line. O maior erro é achar que, se o conteúdo não ficar perfeito, é melhor não fazer. Um celular pode ser usado para produzir vídeos enviados por whatsapp, por exemplo, que é uma ação eficaz com baixíssimo custo”, avaliou.

Sobre o desafio da mobilidade enfrentado em grandes centros urbanos, Terra reforçou a necessidade de lidar com o problema usando a criatividade para propor soluções que ajudem a vida do cliente, apesar das limitações impostas pela localização.

Entre as opções, ele cita a possibilidade de o vendedor se deslocar para encontrar o cliente e entregar mercadorias e, também, a criação de um e-commerce, que dá ao consumidor a alternativa de comprar fora do horário e sem precisar sair de casa.

“A venda pela internet não dá resultados no dia seguinte, é uma opção de médio

prazo. Por isso, achar soluções para chegar até o cliente e entregar para ele, no curto prazo, funcionam melhor”, explicou Terra.

A identificação dos clientes também é o passo inicial para o uso da divulgação digital, na avaliação do diretor vogal do Ibevar, Nuno Fouto. Para ele, conhecer as necessidades e tendências permite movimentar as redes sociais e, conseqüentemente, a loja. Mas é preciso investir da maneira correta para alcançar os objetivos.

“A conectividade na loja é importante, apesar de serem ações com um custo um pouco maior e, dependendo do uso, talvez não tão efetivas. Hoje é possível propagar informações na rede social, além de ampliar o perfil dos consumidores. A tecnologia está aí, mas é preciso trabalhar isso com eficácia, com tratamento pragmático das informações”, disse Fouto.

Maria Silvia: reforma é importante, mas é preciso ambiente de negócios melhor

17/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

A presidente do Goldman Sachs no Brasil, Maria Silvia Bastos Marques, defendeu a melhora da produtividade como uma das questões fundamentais para o crescimento sustentado do País, durante debate na cerimônia de premiação da segunda edição do Finanças Mais.

“Muito se fala das reformas, mas o Brasil só vai crescer de forma sustentada se houver melhora da produtividade”, afirmou.

Maria Silvia classificou como um “desastre” os indicadores de produtividade do Brasil em comparação a outros países e afirmou ser premente a melhora do ambiente de negócios no País.

“Precisamos fazer a agenda microeconômica e a produtividade é um ponto muito relevante. A forma de melhorá-la é utilizar de modo eficiente o conjunto de fatores”, comentou.

A principal executiva do Goldman Sachs defendeu ainda o teto de gastos, frisando que se trata de um instrumento de disciplina orçamentária.

“Hoje temos de fazer um ajuste fiscal para ter espaço para uma agenda de crescimento. Fomos acostumando a acumular ineficiência, disfarçada pela inflação”, disse. Nesse sentido, ela avalia que os incentivos deveriam ser direcionados à inovação e educação.

O Brasil havia construído um ativo de responsabilidade fiscal que foi destruído e “que demorará muito para voltar ao que era, se começarmos agora”, frisou. Segundo ela, hoje a população aprendeu a importância de ter uma inflação baixa. “A inflação baixa se tornou um ativo da população.”

Maria Silvia destacou ainda a necessidade de a população conhecer de fato os problemas do País, lembrando de quando era executiva da CSN e comandava um programa de debates no chão de fábrica. “O Brasil precisa ter prioridades claras e a verdade deve ser dita a população.”

A executiva falou também sobre sua ida para o Goldman Sachs, citando que a instituição está em um momento de crescimento.

“Queremos ter uma cara local e estamos com time completo e bastante animado”, afirmou.

A pós-verdade na discussão das reformas trabalhista e previdenciária

17/07/2018 – Fonte: O Estado de S. Paulo (publicado em 16-07-2018)



As reformas trabalhista e previdenciária tangenciam temas relevantes na vida de toda a população, tratando de questões relativas à fonte de renda, seja na forma de trabalho, recebimento de aposentadoria ou pensão.

É razoável pressupor, portanto, que qualquer alteração na normatização referente a tais assuntos cause certo desconforto à sociedade, especialmente em ambiente conflagrado pelo maniqueísmo e com pouco espaço para discussão equilibrada sobre tais tópicos, de fulcral relevância para o presente e o futuro do Brasil. Não é recomendável, entretanto, que o assunto seja tratado sob a ótica da pós-verdade, termo escolhido como palavra do ano em 2016 pelo Dicionário Oxford.

A pós-verdade consiste na situação “em que os fatos objetivos são menos influentes na conformação da opinião pública que os apelos à emoção e às crenças pessoais”.

Nesse sentido, é empiricamente perceptível que há uma miríade de versões, sobre os mais variados assuntos, que refletem opiniões pessoais sobre temas que deveriam ser abordados de modo mais fleumático. As reformas nas áreas laboral e previdenciária estão entre esses temas que demandam maior sobriedade quando estiverem sob análise.

A legislação trabalhista é objeto de discussão acalorada há muito tempo. Editada no ocaso do período ditatorial varguista, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), principal diploma infraconstitucional em vigor, espelha um momento das relações trabalhistas que não mais se coaduna com as necessidades sociais e econômicas atuais.

Baseada em uma economia marcada pela prevalência do setor industrial, com vínculos de hierarquia mais rígida, as normas trabalhistas não mais se adequam ao panorama hodierno, plasmado pelo crescimento do setor de serviços e por relações mais horizontalizadas, típicas de uma sociedade em rede, conforme já observado pelo pensador espanhol Manuel Castells.

Assim, diversamente do que se diz em certos meios, a revisão da legislação laboral não tem por objetivo precarizar os direitos dos trabalhadores, mas adaptar o regramento à realidade que lhe subjaz.

O ajuizamento de cerca de três milhões de ações trabalhistas no Brasil, em 2016, demonstra que há algo errado. Embora empregados e empregadores tenham interesses imediatos naturalmente contrapostos, o interesse mediato deve ser o mesmo: prezar pela saúde financeira da empresa.

Note-se que o ente produtivo, além de representar fonte de renda para o trabalhador e de lucro para o empregador, guarda relevância social por si, dado que é também origem de tributos necessários para custear a sociedade em diversos campos. Conferir tratamento hostil à empresa prejudica, destarte, toda a população, especialmente o empregador e os obreiros, agentes diretamente envolvidos no cotidiano produtivo.

Preocupação semelhante deve ocorrer com a reforma previdenciária. Há dois motivos principais para a realização do ajuste: a demografia e a disparidade normativa entre os setores sociais.

O aspecto demográfico é evidente, bastando ser feita a análise da pirâmide etária nacional. A população jovem diminui, devido à queda na taxa de natalidade, e a população idosa cresce, em virtude de avanços na medicina e melhores condições de vida.

Assim, enquanto há redução no número de contribuintes, incrementa-se a quantidade de beneficiários do sistema previdenciário. Evidentemente, a conta não fecha, provocando déficits bilionários aos cofres públicos.

No que tange ao segundo motivo, é evidente que a sociedade deve repensar o pacto intergeracional que é materializado na Previdência ao observar a diferença entre o Regime Geral e os Regimes Próprios da Previdência Social.

Ambos apresentaram déficit de cerca de cento e cinquenta bilhões de reais cada, em 2016, para o custeio de benefícios, com uma diferença: enquanto o setor privado despendeu o referido montante para mais de vinte e nove milhões de pessoas, o setor público atendeu menos de quatro milhões de cidadãos.

O senso de comunidade, respeitado o direito adquirido, deve prevalecer. Em respeito às gerações vindouras, é mandatório um pacto social que, inexoravelmente, traga sacrifícios a todos os setores da sociedade. É o preço a ser pago pela omissão governamental histórica em relação a esse assunto.

As reformas trabalhista e previdenciária são, em suma, temas que exigem uma análise acurada e desapixonada.

A sociedade demanda mais democracia, mais segurança jurídica e o fim dos privilégios. Para alcançar tal objetivo, porém, é necessário o uso de mais subjetivos e menos adjetivos, ou seja, um discurso que contenha mais verdade e menos pós-verdade.

***Elton Duarte Batalha é pesquisador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e professor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA) da Universidade Presbiteriana Mackenzie**

Publicado o Manual do eSocial Web Geral

17/07/2018 – Fonte: Contábeis.com

eSocial Web Geral é uma ferramenta auxiliar na inserção de dados no eSocial, em situação de contingência



Foi publicado o [manual do módulo eSocial WEB GERAL](#) ferramenta auxiliar, apresentada em ambiente web, destinada à inserção de dados no eSocial e que foi pensado para permitir às empresas o cumprimento das obrigações legais em situações de contingência ou indisponibilidade do seu próprio software. Contudo, ele não pretende substituir os sistemas próprios das empresas, compatíveis com a transmissão dos arquivos para o Web service.

A ferramenta permite a consulta e edição (inclusão, alteração, retificação e exclusão) de eventos enviados para o ambiente nacional do eSocial. Serão exibidos ao usuário, além do conteúdo do evento, os números de recibo, o que permitirá às empresas efetuar acertos e correções nos próprios sistemas.

As funcionalidades desse sistema serão disponibilizadas respeitando o cronograma de implantação do eSocial. Portanto, se um empregador ainda não está obrigado a enviar determinada informação ao eSocial, essa funcionalidade estará indisponível para ele no WEB GERAL até o início da sua obrigatoriedade.

O módulo WEB GERAL faz parte do sistema [eSocial](#) e segue todas as premissas do [Manual de Orientação \(MOS\) e dos Leiautes do eSocial](#).

É importante destacar que o Manual é técnico, ou seja, não trata de interpretação de leis, quando deve ser aplicado determinado direito ou dever na relação de trabalho, dentre outros. Mostra apenas como utilizar as funcionalidades para transmissão dos eventos previstos na documentação do [eSocial](#).

Empregadores PF e-Social inicia em 01/ 2019

17/07/2018 – Fonte: Contábeis.com

Os empregadores e contribuintes pessoas físicas ingressarão no eSocial a partir de janeiro de 2019.



Os empregadores e contribuintes pessoas físicas ingressarão no eSocial a partir de janeiro de 2019, conforme estabelecido em Resolução do Comitê Diretivo do eSocial. Contudo, o Comitê Gestor do eSocial esclarece que tal medida não abrange os empregadores domésticos, já que estes fazem parte do eSocial desde outubro de 2015.

Assim, nada muda para os empregadores domésticos, que continuarão a informar os dados dos seus empregados, inclusive admissões, afastamentos, férias e desligamentos, além gerar as guias de pagamento (DAE) referente às folhas de pagamento mensais.

Empresas no eSocial poderão compensar débitos previdenciários

17/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

As empresas que aderiram ao eSocial na primeira etapa poderão fazer a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a quaisquer tributos federais, informou nesta terça-feira, 17, a Receita Federal. Essa era uma demanda antiga das empresas e que ficará disponível graças à mudança implementada pela Lei 13.670, sancionada em 30 de maio deste ano.

O eSocial é o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. Apenas as empresas que completarem todo o processo de implantação do eSocial farão jus ao benefício

“As empresas que utilizarem o eSocial poderão, inclusive, efetuar a compensação cruzada (entre créditos e débitos previdenciários ou fazendários), observadas as

restrições impostas pela legislação decorrentes da transição entre os regimes”, diz a nota. A chamada “compensação cruzada” prevê a possibilidade de fazer a compensação previdenciária com quaisquer tributos federais.

O regime de compensação efetivado por meio de informação em GFIP, por sua vez, não será alterado para as pessoas jurídicas que ainda não utilizam o eSocial.

Pequenos negócios deram o primeiro emprego para 55% das pessoas

17/07/2018 – Fonte: Contábeis.com

MPE geraram 755,5 mil postos de trabalho com carteira assinada



As micro e pequenas empresas (MPE) são a principal porta de entrada para o mercado de trabalho formal no Brasil. Essa constatação é resultado de pesquisa inédita realizada pelo Sebrae a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de 2017.

Segundo o levantamento, os pequenos negócios deram a primeira oportunidade de emprego para a maioria (55%) do total de 1,4 milhão de pessoas que assinaram a [carteira de trabalho](#) pela primeira vez no ano passado. Enquanto isso, as médias e grandes empresas (MGE) absorveram 44% dessa mão de obra e as empresas da Administração Pública, o 1% restante.

De acordo com a pesquisa do Sebrae, 69,5% das 755,5 mil pessoas que foram contratadas pelas MPE e que tiveram a carteira assinada, pela primeira vez, em 2017, eram jovens com até 24 anos de idade.

Os trabalhadores do sexo masculino foram maioria, representando 54% da mão de obra contratada pelos pequenos negócios e 56% das MGE. Além disso, mais da metade dos trabalhadores que se iniciaram no mercado de trabalho (56%), por meio dos pequenos negócios, em 2017, possuía ensino médio completo.

Quando cruzadas as informações sobre o perfil do primeiro emprego, por sexo e nível de escolaridade, a pesquisa revela que as mulheres com mais tempo de estudo (superior incompleto e superior completo) tiveram a preferência dos pequenos negócios, no ano passado, superando a mão de obra masculina com mesmo nível.

A quantidade de mulheres que possuem nível superior completo foi 71,5% maior que a de homens com igual faixa etária e nível de escolaridade (13,2 mil contra 7,7 mil).

O número de mulheres com até 24 anos e superior incompleto também supera o de homens, nas MPE, nessa mesma situação, em 37%. O quantitativo de homens com até 24 anos de idade, em seu primeiro emprego, só é maior que o de mulheres nos níveis de escolaridades menores (até nível médio completo).

Outro dado revelado pelo levantamento do Sebrae mostra que a maior concentração do primeiro emprego, entre as MPE, aconteceu nos setores de Comércio e Serviços. Nos pequenos negócios do Comércio, em 2017, ingressaram pela primeira vez no mercado de trabalho 297,2 mil trabalhadores, sendo a maioria do sexo feminino. Já as MPE do setor de Serviços empregaram um quantitativo pouco menor de iniciantes

no mercado de trabalho (271,4 mil), sendo 53% deles do sexo feminino. Juntos, Comércio e Serviços responderam por 75% do total do primeiro emprego nas MPE, em 2017 (Comércio = 39%; Serviços = 36%).

PRINCIPAIS NÚMEROS DA PESQUISA

- Número de pessoas contratadas pela primeira vez com carteira assinada em 2017 - 1,4 milhão de emprego
 - Total de primeiro emprego gerado em MPE, em 2017 - 755,5 mil postos de trabalho (55% do Total)
 - Primeiro emprego gerado em MGE, em 2017 - 606,1 mil postos de trabalho (44% do Total)
 - 69,5% das pessoas que tiveram a primeira oportunidade de trabalho formal em 2017 e que foram contratadas pelas MPE eram jovens com até 24 anos de idade.
- Total de Primeiro Emprego Gerado nas MPE, por setor, em 2017:
 - Comércio (39%) - 296 mil
 - Serviços (36%) - 271 mil
 - Indústria (14%) - 101 mil
 - Construção (6%) - 41 mil
 - Agronegócio (5%) - 40 mil
- Distribuição do primeiro emprego nas MPE, por idade:
 - Até 24 anos - 69,5%
 - 25 a 39 anos - 22,8%
 - 40 a 64 anos - 7,6%
 - 65 anos ou mais - 0,1%
- Participação de homens e mulheres entre o primeiro emprego gerado nos pequenos negócios dos setores de comércio e serviço, em 2017:
 - Comércio (49% homens, 51% mulheres)
 - Serviço (47% homens, 53% mulheres)

País deixa de criar 80% das vagas de trabalho previstas

17/07/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Economistas previam 1 milhão de postos, mas ritmo despencou e ano tende a fechar com 200 mil

Embora o número de vagas com carteira assinada seja positivo no ano, o ritmo de contratações tem mostrado forte desaceleração nos últimos três meses, um sinal cada vez mais firme de interrupção do que parecia ser uma melhora gradual do emprego formal identificada ao longo do ano passado.

No início de 2018, o ritmo de geração de vagas no mercado formal de trabalho era compatível com algo perto de 750 mil novos postos neste ano.

Desde março, no entanto, a desaceleração tem sido tão brusca que, mantido o ritmo registrado a partir daquele mês, o mercado de trabalho pode fechar 2018 com um saldo líquido de apenas 220 mil vagas com carteira.

O número é considerado pífio por economistas —cerca de 20% do previsto. As estimativas no final de 2017 apontavam a criação de 1 milhão de novos postos com carteira.

O levantamento é da LCA Consultores com base nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), feito com exclusividade para a **Folha**.

"No começo do ano, não parecia irreal um saldo de 1 milhão de novas vagas em 2018, dado o que se previa para a economia", diz Cosmo Donato, economista da LCA.

Donato revisou suas projeções e agora espera a criação de 500 mil novas vagas com carteira neste ano.

A estimativa, porém, tende ser revista para baixo, em meio ao ambiente de incertezas e recuperação lenta. "Não é o nosso cenário principal, mas não acho impossível encerrar o ano com demissões líquidas", afirma Donato.

As contas do economista Marcelo Gazzano, da consultoria ACPastore, também apontam para uma deterioração importante da geração de vagas com carteira assinada.

Segundo Gazzano, a média de 40 mil vagas criadas entre outubro e dezembro caiu para uma média de 24 mil vagas entre março e maio.

Como foram perdidos 3 milhões de postos formais durante a crise, mantido o ritmo atual, o mercado de trabalho levaria nada menos do que dez anos para se recompor.

Para fazer este tipo de previsão, os especialistas em mercado de trabalho não usam os dados brutos do Caged, mas lançam mão de um ajuste estatístico (conhecido como dado dessazonalizado).

O ajuste exclui as flutuações que refletem as particularidades de cada mês --como a alta das vendas no Natal ou a queda da produção no Carnaval-- e permite a comparação entre períodos.

Assim, ainda que os dados brutos do Caged apontem para a criação de 344,7 mil vagas formais entre janeiro e maio, eles não são bons para entender para onde está indo o mercado de trabalho.

Nos dados ajustados, é possível ver que o saldo de demissões líquidas desacelerou ao longo de 2017, fazendo com que o mercado de trabalho deixasse o fundo do poço. Mas o que causa apreensão entre os economistas é que ele parecia avançar no começo deste ano, mas perdeu fôlego.

O cenário trágico está intimamente ligado à lenta reação da atividade econômica, em um círculo vicioso que parece difícil de ser quebrado.

Em dezembro de 2017, as previsões de crescimento econômico indicavam alta de 2,7% em 2018, chegando, em março, a atingir quase 3%, segundo acompanhamento semanal do Banco Central.

De lá para cá, as projeções para o PIB (Produto Interno Bruto) vêm caindo e hoje não passam de 1,5%-- com reflexos óbvios sobre expectativas para o mercado de trabalho. Segundo Gazzano, a queda do emprego formal afeta a capacidade de consumo das famílias e compromete a retomada. Ao representar cerca de 65% do PIB, o consumo determina o fôlego da economia.

Ao mesmo tempo, ressalta Donato, da LCA, um cenário externo tumultuado, incertezas eleitorais e eventos, como a paralisação dos caminhoneiros, atingem a

confiança dos empresários que, em meio ao alto nível de ociosidade de suas empresas, não veem razão para investir e contratar.

Setor a setor, a construção civil é, sem dúvida, o que causa mais preocupação. "Não quer dizer que a gente voltou para a crise", diz Donato. O problema, diz ele, é que o mercado de trabalho parou de demitir, mas não ingressou numa recuperação robusta a ponto de recuperar as vagas perdidas durante a crise. "Na verdade, parecemos muito longe disso", conclui.

PF diz que ex-ministro do Trabalho era 'fantoche dos caciques do PTB' e Cristiane Brasil, 'líder'

17/07/2018 – Fonte: o Estado de S. Paulo (publicado em 16-07-2018)

Helton Yomura e deputada, filha de Roberto Jefferson, são alvo da Operação Registro Espúrio, que investiga concessão fraudulenta de registros sindicais junto a Pasta



Roberto Jefferson (ao fundo) e a filha Cristiane Brasil. Foto: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

Relatório da Polícia Federal na Operação Registro Espúrio afirma que o ex-ministro do Trabalho Helton Yomura 'não passa de um fantoche dos caciques do PTB'. O documento ainda aponta uma 'efetiva participação' da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) no núcleo político de uma organização criminosa investigada pela concessão fraudulenta de registros sindicais junto ao Ministério do Trabalho e atribui a ela o papel de 'líder'.

A deputada chegou a ser cotada para o cargo de ministra do Trabalho no início do ano.

Decisões da Justiça Federal e uma liminar da presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, no entanto, suspenderam a posse. O governo acabou desistindo da parlamentar para o cargo.

A Polícia Federal afirma, no documento, que Cristiane Brasil, 'mesmo não ocupando formalmente qualquer cargo na estrutura do Ministério do Trabalho, foi alçada, na prática, a um posto de comando da Pasta, fortalecendo a estrutura de atuação do 'subnúcleo PTB'.

"Em que pese ter sido impedida por decisão judicial de tomar posse como ministra do Trabalho no início do corrente ano, Cristiane Brasil passou a exercer grande influência no órgão", narra a Federal.

"Para permitir a ingerência de Cristiane Brasil, a organização criminosa colocou no cargo máximo do Ministério do Trabalho alguém devidamente comprometido com os interesses do grupo, papel que coube a Helton Yomura, que, ao que tudo indica, não passa de um fantoche dos caciques do PTB."

A Registro Espúrio deflagrou três etapas de sua operação: em 30 de maio, 12 de junho e 5 de julho. Na última fase, o Supremo Tribunal Federal afastou Helton Yomura do Ministério do Trabalho. No mesmo dia, o ministro pediu demissão do cargo.

O gabinete, o apartamento funcional e outros endereços da filha de Roberto Jefferson – presidente nacional do PTB – foram alvo de busca e apreensão da segunda fase da operação.

“As análises iniciais dos dados colhidos viabilizaram a coleta de elementos que indicam a efetiva participação da deputada Cristiane Brasil Francisco no núcleo político da organização criminosa, tendo essa Suprema Corte autorizado a realização de buscas em três endereços vinculados a ela”, afirma a PF.

Os investigadores dividiram o suposto esquema em cinco núcleos: administrativo, político, financeiro, sindical, captador e financeiro. O núcleo político, afirma a PF, é ‘formado por parlamentares e dirigentes de partidos – e respectivos assessores diretos -, e tem a responsabilidade de ‘indicar e dar sustentação aos integrantes do núcleo administrativo’.

“A organização criminosa é alimentada pelo interesse de entidades na obtenção fraudulenta do registro sindical, mediante o pagamento de propina a servidores públicos, oferta de capital político (apoio, financiamento e votos) aos partidos/agentes políticos ou promessa de filiação às centrais sindicais”, descreve a Federal.

De acordo com o relatório, Cristiane Brasil era ligada ao superintendente Regional do Trabalho do Rio, Adriano José Lima Bernardo. A PF pegou, no celular do ex-secretário de Relações do Trabalho Renato Araújo, mensagem que citavam a deputada, trocadas entre ele e o superintendente.

“Indícios amealhados comprovam que Adriano Bernardo se utiliza do cargo de Superintendente Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, bem como da proximidade com a deputada federal Cristiane Brasil, para repassar ‘demandas’ a integrantes do ‘Subnúcleo SRT’ (Secretaria de Relações do Trabalho), manipulando processos de registro sindical, com o objetivo de obter vantagens indevidas”, relata a Polícia Federal.

Em uma das mensagens capturadas pela PF, Adriano Bernardo refere-se à publicação de um pedido de registro sindical e ‘diz que já está providenciando uma reunião – possivelmente com os dirigentes da entidade beneficiada -, na qual ele levaria a ‘líder’”. Para os investigadores, ‘líder’ é a deputada Cristiane Brasil.

“Mermão, já tô ligando pra ele e marcando uma nova reunião, pra gente levar lá na nossa líder, tá bom?! Outra coisa, amigo, não esqueça de duas coisas: eu sei que é complicando diante de tanta demanda, mas é uma prioridade não minha, também dela: sindicato dos mototaxistas. Cara eu vou... a gente vai ganhar na loteria com esse povo aí, em relação a quantidade de pessoas envolvidas”, diz Adriano Bernardo em mensagem para Renato Araújo Júnior.

Para a PF, ficou ‘evidente a ingerência que Adriano Bernardo exerce os rumos dos processos de registro sindical que tramitam na Secretaria de Relações de Trabalho, sempre buscando favorecer entidades ligadas a ele e à deputada Cristiane Brasil’.

A reportagem fez contato com a assessoria de Cristiane Brasil. Adriano Bernardo e Renato Araújo Júnior não foram localizados. O espaço está aberto para manifestação.

COM A PALAVRA, CRISTIANE BRASIL

“A deputada Cristiane Brasil defende que indicação política não significa ingerência em órgão ou Ministério nenhum.”

"A criminalização da política sem a devida fundamentação jurídica não contribui para o combate à corrupção nem ao aperfeiçoamento da democracia."

COM A PALAVRA, OS ADVOGADOS CÉSAR CAPUTO GUIMARÃES E ANDRÉ HESPANHOL, QUE DEFENDEM HELTON YOMURA

"Helton Yomura adotou rigorosas providências institucionais para a garantia do interesse público, como a exoneração imediata de todos os servidores sob investigação, abertura de sindicância e processos administrativos para averiguação dos fatos e suspensão de todos os atos que pudessem provocar repercussões no âmbito da investigação.

Tendo a certeza de não ter cometido nenhum ato ilícito e que suas ações correspondem a uma política de valorização dos trabalhadores e das instituições, Helton Yomura nega veementemente qualquer imputação de crime ou irregularidade.

César Caputo Guimarães, criminalista do núcleo de Direito Penal do Nelson Wilians e Advogados, e André Hespanhol, advogado criminalista"

"O próximo presidente terá que lutar pelo ajuste fiscal", diz secretário do Tesouro

17/07/2018 – Fonte: EM.com



Mansueto de Almeida está na Secretaria do Tesouro, mas poderia muito bem dar expediente no Itamaraty. Depois da festa de pautas-bomba na semana passada – que rendeu manchetes falando em gastos extras de R\$ 100 bilhões –, Mansueto interrompeu suas férias no Recife para falar com o Estado de Minas.

Em vez de admoestar o Congresso, o secretário preferiu ser diplomático e enfatizar a relação construtiva que a equipe econômica tem com o Legislativo. Essa relação – entre os que têm como missão defender os cofres públicos e aqueles cuja carreira política frequentemente depende de arrombá-los – sempre foi delicada, tensa e dividida entre avanços e reveses.

Com o país inapelavelmente quebrado depois dos anos Dilma, o chocante é que muitos deputados ainda não tenham recebido a mensagem: qualquer gasto novo tem que ser compensado por um corte em outro lugar.

O Congresso continua sendo um condomínio de interesses setoriais e paroquiais, e a defesa do caixa, e dos interesses da República, fica com o Executivo.

Foi assim que, nos últimos meses, em especial na semana passada, avançaram no Congresso projetos que aumentam as compensações aos estados pela desoneração de ICMS sobre exportações, facilitam a criação de novos municípios, revertem vetos do presidente a mudanças feitas no Funrural, sem falar na Bolsa Caminhoneiro, educadamente chamada de "Marco regulatório do transporte de cargas."

Ao aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Congresso retirou um artigo que vedava a concessão de aumento ao funcionalismo.

Mansueto diz que o artigo é desnecessário, porque outro trecho da própria LDO estabelece que, para aumentar uma despesa obrigatória, é necessário reduzir gastos também obrigatórios. Ele falou sobre isso e outros temas polêmicos.

Há projetos de lei tramitando no Congresso que podem impactar as contas públicas. Algumas estimativas falam em R\$ 100 bilhões. Como o Tesouro e a Fazenda estão lidando com isso?

Muitos desses projetos estão em tramitação nas comissões do Congresso Nacional e ainda passarão por diversas modificações antes de ser apreciados pelo plenário. Alguns não fizeram, inclusive, a estimativa de impacto orçamentário e financeiro é exigida pelo Artigo 113 da Constituição, que foi instituído com a Emenda do Teto dos Gastos. Sem essa estimativa, alguns projetos podem, inclusive, ser considerados inconstitucionais.

Mas, objetivamente, qual será o impacto fiscal?

Tenho certeza de que, ao longo da tramitação desses projetos, o impacto fiscal vai ser reduzido e, no caso da aprovação de alguma conta sem a definição da fonte de recurso para o seu pagamento, o presidente da República pode vetar alguns desses artigos por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se tivermos uma nova despesa sem a definição da fonte de recurso, a LRF e, em alguns casos, a própria Constituição Federal não permitem a execução dessa despesa.

Como a Fazenda está lidando com essa situação?

A Fazenda e o Tesouro estão mantendo um diálogo aberto e transparente com os parlamentares. Nos últimos dois anos, o Congresso aprovou um teto para o crescimento do gasto público, reduziu a concessão de crédito subsidiado e, recentemente, aprovou a reoneração da folha de salários para alguns setores.

Acredito que, com um bom diálogo com os parlamentares, o risco de impacto fiscal não vai se materializar. E a partir do ano que vem teremos o próximo governo lutando por medidas de ajuste fiscal.

Mas, secretário, o 'próximo Governo' ainda não existe para poder se opor aos novos gastos, e o atual tem pouca força frente aos interesses setoriais. Não há o risco de este Congresso ceder às tentações e a ressaca ficar para o próximo?

Até as eleições de outubro, teremos cerca de três semanas de votações apenas ao longo de três meses. Não dá tempo para votar todas as medidas que podem ter algum impacto fiscal.

E acredito que os parlamentares, quando analisarem melhor o custo de algumas dessas medidas, vão rever o teor e o impacto final de muitas delas. No pior dos casos, se essas medidas evoluírem e se não houver a devida compensação, seja pelo corte de outras despesas ou pela definição da fonte de recursos, o presidente da República terá que vetar algumas delas para cumprir com a LRF. Há risco de derrubada de vetos?

Há, mas é muito baixo. A apreciação de eventuais vetos deverá ocorrer apenas depois das eleições e, nesse caso, teremos a ajuda do novo governo eleito para garantir que não haverá retrocesso.

A situação parece complicada demais.

A situação é muito simples. Qualquer novo aumento de despesas terá que obedecer ao limite do Teto dos Gastos, que já está apertado para o próximo ano. E se for criado algum benefício do lado da receita, renúncia tributária para setores específicos, o Executivo e o Legislativo terão que buscar uma forma de compensação com aumento de impostos, o que também não vai agradar a ninguém.

Hoje, o Tribunal de Contas da União está muito mais vigilante, o que limita a possibilidade de retrocesso no ajuste fiscal. Para haver um retrocesso, será preciso

mudar a Constituição Federal e a LRF. Repito: para termos retrocesso no ajuste fiscal, tem que derrubar a emenda do Teto dos Gastos e não acredito que ninguém esteja disposto a correr este risco, porque a contrapartida seria um ajuste fiscal via forte aumento de impostos ou a volta de inflação alta para equilibrar receita e despesa.

Quanto dessas iniciativas comprometem o resultado fiscal deste ano? E quais PLs podem ter impacto para o próximo Presidente?

Se aprovados, muitos dos projetos em tramitação terão impacto fiscal ao longo dos próximos anos.

Por exemplo, o PL que aumenta as transferências para compensar os estados pelas desonerações dos impostos nas exportações da Lei Kandir, a criação de novos municípios, novos benefícios para transportadoras etc. A minha percepção é que a possibilidade de essa pauta evoluir é muito pequena. O mais provável é que esses projetos ainda passem por várias mudanças.

Como está o resultado fiscal deste ano?

Para este ano, o resultado fiscal está praticamente dado, e a surpresa é que estamos com números melhores do que esperávamos. Ao contrário do ano passado, de janeiro a junho deste ano, a arrecadação veio maior do que a receita esperada em todos os meses.

O resultado das estatais tem sido também melhor do que esperávamos, e estados e municípios podem ter um resultado primário melhor que o projetado na LDO. Não me surpreenderia se fechássemos este ano com um resultado primário melhor do que a meta do ano, que é um déficit primário de R\$ 159 bilhões para o governo central e de R\$ 161 bilhões para o setor público.

O senhor não acha que os deputados vão ler essa boa notícia como oportunidade para gastar mais?

Mesmo que o Congresso quisesse aumentar a despesa, não teria como, porque já estamos no Teto dos Gastos. A melhora no resultado primário neste ano em relação à meta será resultado de uma arrecadação maior do que a que estava projetada, despesas dos ministérios que não foram pagas, apesar de autorizadas, resultado melhor dos estados e municípios e resultado melhor das estatais. Tudo isso está acontecendo.

Só para colocarmos em perspectiva, qual é mesmo o tamanho do ajuste fiscal necessário para os próximos anos?

Sendo otimista, estamos falando de um ajuste fiscal de, no mínimo, quatro pontos do PIB. Temos que transformar um déficit primário que hoje está por volta de 2% do PIB em um superávit primário de pelo menos 2% do PIB.

Quanto mais demorar, maior terá que ser esse ajuste. Vale lembrar que esse ajuste fiscal é exatamente da mesma magnitude do que foi feito no Brasil de 1998 a 2002. Mas naquela época o ajuste veio do aumento da carga tributária, pois a despesa primária do governo central não diminuiu como porcentagem do PIB.

E hoje?

O problema hoje é que já temos uma carga tributária muito alta (cerca de 33% do PIB) para o nosso nível de desenvolvimento e, assim, não dá para repetir o que foi feito na década de 1990. O ajuste agora terá que ser mais do lado da despesa e ser necessariamente gradual. A boa notícia é que o mercado aceita esse ajuste gradual.

A Fazenda tem falado em deixar pronta uma pauta de medidas que poderão ser adotadas pelo próximo Governo para ajudar a economia. Que medidas são essas?

Diversas medidas. Vamos no Tesouro elaborar um documento com todas as nossas simulações de impacto de diversos tipos de reformas. Por exemplo, qual a economia

potencial se o governo não tiver crescimento real da folha de pessoal de 2020 a 2022? Isso não significa necessariamente reajuste salarial zero, já que um aumento salarial pode ser compensado por menos contratações.

Vamos deixar um outro documento que será elaborado com a ajuda do Banco Mundial sobre financiamento para estados e municípios e novas medidas que precisam avançar para ajudar ainda mais os entes subnacionais no esforço de ajuste fiscal.

E recentemente recriamos um grupo que estuda o mercado de capitais e vamos tentar aprovar algumas coisas este ano e deixar outras para o próximo governo como sugestão. Isso funcionou muito bem na transição de 2002 para 2003 e esperamos fazer o mesmo agora.

Uma coisa que tem ajudado o ajuste fiscal é o fato de muitos ministérios não conseguirem gastar o dinheiro (ou seja, executar o orçamento) por causa da burocracia. Pela sua experiência, o senhor diria que, além de reformar o Estado, o Brasil precisa também de uma reforma das próprias regras de funcionamento do Estado?

Sem dúvida. Até maio, os ministérios deixaram de gastar cerca de R\$ 13 bilhões que estavam liberados para pagamentos. Muitas vezes, o mesmo ministério alocou um recurso para uma obra que atrasou e precisa de caixa para pagar outras despesas. A gestão pública precisa melhorar muito. Precisamos avaliar melhor o custo e benefício de diversos programas públicos e de regimes especiais de tributação.

A equipe econômica tem mantido conversas com os assessores econômicos dos pré-candidatos. No geral, eles têm uma ideia bem exata do tamanho do desafio fiscal?

Todos eles mostram um grande interesse em se aprofundar na discussão dos números. Dos que conversei até o momento, todos estão cientes da necessidade de continuar com o ajuste fiscal e com a reforma da Previdência.

Balança tem superávit de US\$ 1,435 bi na 2ª semana de julho

17/07/2018 – Fonte: EM.com (publicado em 16-07-2018)

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,435 bilhão na segunda semana de julho (de 9 a 15). De acordo com dados divulgados nesta segunda-feira, 16, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), o valor foi alcançado com exportações de US\$ 5,016 bilhões e importações de US\$ 3,581 bilhões.

O mês de julho acumula superávit de US\$ 2,457 bilhões até dia 15, abaixo 60,9% do registrado em todo o mês de julho de 2017, quando o resultado foi positivo em US\$ 6,285 bilhões.

No ano, o superávit comercial acumulado é de US\$ 32,389 bilhões, queda de 16% em relação ao mesmo período de 2017.

Em julho, houve alta de apenas 4,7% na média diária das exportações na comparação com o mesmo mês do ano passado, com aumento nas vendas de produtos básicos (+43,3%). Houve queda, porém, nas exportações de produtos manufaturados (-33,3%) e semimanufaturados (-2,7%).

Já as importações registraram alta superior, de 16,2% na mesma comparação, com crescimento nos gastos, principalmente, com farmacêuticos (37,4%), veículos automóveis e partes (34,1%), químicos orgânicos e inorgânicos (18,9%), equipamentos mecânicos (+14,7%) e combustíveis e lubrificantes (14,2%).

IIF: Brasil lidera fluxo de investimento de mais longo prazo entre emergentes

17/07/2018 – Fonte: EM.com (publicado em 16-07-2018)

O Brasil liderou o fluxo de investimento de mais longo prazo entre os países emergentes entre 2015 e 2017, informou nesta segunda-feira, 16, o Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês), entidade que reúne os 500 maiores bancos do mundo.

Em ranking do instituto, além do Brasil, Chile e Colômbia se destacam no volume positivo de entrada de fluxo de maior prazo. Entram nessa conta o investimento estrangeiro direto e o portfólio de ações.

Na contramão, República Tcheca, Líbano, Argentina, África do Sul e Índia se destacam entre as nações que têm maior fluxo de hot money, ou seja, de capital mais especulativo, como investimentos em moedas e dívida.

Dólar sobe ante o real com foco em cena política

17/07/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 16-07-2018)

O dólar fechou esta segunda-feira em alta frente ao real, com os investidores ainda em modo cautela diante da cena política eleitoral no Brasil.

O dólar avançou 0,37 por cento, a 3,8650 reais na venda, depois de ter fechado a semana passada com leve queda. O dólar futuro era negociado com alta de cerca de 0,32 por cento no final da tarde.

“Internamente, a situação política permanece altamente incerta, e medidas recentes discutidas pelo Congresso podem prejudicar uma perspectiva fiscal já frágil”, trouxe o banco J.P.Morgan em relatório, pelo qual também elevou sua perspectiva para o dólar neste final de ano, a 3,80 reais, ante 3,60 reais.

“Esperamos que as crescentes tensões comerciais entre os EUA e a China mantenham a pressão sobre as condições financeiras dos países emergentes em geral”, acrescentou.

Internamente, os investidores ficavam cada vez mais cautelosos com a eleição presidencial de outubro, na reta final para os partidos confirmarem suas pré-candidaturas e eventuais coligações.

O foco principal continuava sendo para quem as legendas chamadas de “centrão” vão anunciar seu apoio. O mercado teme que um candidato que considere menos comprometido com ajustes fiscais possa ganhar tração.

O Banco Central brasileiro ofertou e vendeu integralmente 14 mil swaps tradicionais, equivalentes à venda futura de dólares, para rolagem dos contratos que vencem em agosto, no total de 14,023 bilhões de dólares.

Com isso, rolou o equivalente a 7 bilhões de dólares do total que vence no próximo mês. Como tem feito recentemente, o BC não anunciou intervenção extraordinária no mercado de câmbio neste pregão.

Alta do dólar encarece matéria-prima e pressiona margem de lucro da indústria

17/07/2018 – Fonte: Tribuna PR

A alta de 18% do dólar no primeiro semestre fez subir os custos com matéria-prima e investimentos, principalmente na indústria, num momento em que as empresas já estão com pouca gordura para queimar.

Isso pode levar as companhias a adiar investimentos e contratações. Um levantamento do Bradesco indica que as altas de custo no atacado, nos últimos 18 meses, vêm sendo absorvidas antes de chegar ao varejo.

A valorização do dólar encarece a compra de insumos importados ou cotados na moeda americana. Em condições normais, as empresas reajustariam preços, mantendo seus ganhos e acelerando a inflação ao consumidor. Só que, no quadro atual, por causa da grande recessão de 2014 a 2016 e da recuperação ainda lenta da economia, as famílias estão consumindo menos.

O estudo do Bradesco sugere que as empresas já estão absorvendo altas de custos desde o início do ano passado, porque há um descompasso entre a inflação de bens industriais no atacado e os preços ao consumidor.

Na conta dos economistas do banco, se o padrão histórico de repasse entre atacado e varejo fosse mantido, a inflação de manufaturados ao consumidor deveria estar em 3,5%, no acumulado em 12 meses até junho, quase duas vezes acima do efetivamente registrado (1,9%).

“As empresas da ponta da cadeia estão recebendo produtos com preços maiores e têm dificuldade de repassar ao consumidor”, diz Leandro Negrão, economista do Bradesco. Para David Kupfer, diretor do Instituto de Economia da UFRJ, especialista em economia industrial, as indústrias estão diante de uma “escolha de Sofia”: se reajustam os preços finais podem vender menos e perder mercado, mas a opção de reduzir o lucro para absorver a alta de custos depende da situação financeira de cada empresa.

Um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostra que as margens já estavam apertadas. Na média, a margem líquida de lucro das grandes companhias abertas ficou em 4% em 2017, um terço dos 12,9% de 2010. “A pressão de custos vem num momento de baixo crescimento, que sucede um processo de redução de margens”, diz Rafael Cagnin, economista do Iedi.

Manter uma margem de lucro mínima é importante para que as empresas tenham condições de investir e contratar. Cagnin lembra que os lucros são a principal fonte de financiamento dos investimentos nas empresas e que parte importante do maquinário é importada.

Entre os setores mais afetados com o aumento dos custos de insumos estão a indústria química, os fabricantes de produtos eletroeletrônicos, a indústria automotiva e a de alimentos. Dirigentes das entidades empresariais Abiquim (indústria química), Abinee (eletroeletrônica) e Abimapi (massas e biscoitos) disseram ao **Estado** que, independentemente das particularidades de cada setor, a alta e a volatilidade do dólar apontam para margens de lucro mais apertadas.

Fornecedores

Na indústria automotiva, a corrida é para substituir fornecedores. A montadora Nissan antecipou para o mês passado uma reunião de rotina para avaliar a integração de fornecedores locais.

Dezenas de executivos passaram um dia inteiro no encontro, na fábrica de Resende, no Sul Fluminense. Uma das alternativas é aproveitar os fornecedores nacionais da Renault – a fabricante japonesa tem uma aliança global com a montadora francesa.

“Não podemos ficar dependentes de peças importadas. Esse trabalho de nacionalização de componentes dos carros montados no Brasil é feito desde que inauguramos a fábrica em Resende (há quatro anos). Agora, é acelerar o passo”, diz Marco Silva, presidente da Nissan no País. (Colaborou Eduardo Laguna).

FMI reduz projeção para 1,8% no Brasil

17/07/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** reduziu a projeção do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para 1,8% no relatório de Perspectiva Econômica Mundial deste mês, ante 2,3% em abril. Para 2019, a previsão de 2,5% foi mantida. A instituição já havia antecipado a revisão na semana passada, no comunicado do Conselho Executivo sobre as conclusões das consultas do capítulo IV para o Brasil.

No documento divulgado ontem, o Fundo cita que a piora na perspectiva de crescimento reflete os “efeitos persistentes da greve”, referindo-se à paralisação dos caminhoneiros em maio, e as “incertezas políticas”.

O Brasil também está inserido em um contexto mais desafiador para economias emergentes. Segundo o FMI, as perspectivas de crescimento entre os emergentes estão mais “desniveladas”, citando o aumento dos preços do petróleo, os juros mais altos nos Estados Unidos, a escalada das tensões comerciais e as pressões sobre as moedas de algumas economias com “fundamentos mais fracos”.

O fundo ressalta que o dólar se fortaleceu globalmente mais de 5% em termos reais desde fevereiro. Nesse período, as moedas de economias avançadas ficaram inalteradas, enquanto as de economias emergentes tiveram nítida desvalorização, segundo o FMI. “O real se depreciou mais de 10% com uma recuperação econômica menor do que a esperada e incertezas políticas.”

Políticas prioritárias - Sem citar nominalmente o Brasil, o FMI afirma que “muitos mercados emergentes e economias em desenvolvimento” precisam aumentar a resiliência por meio de um mix apropriado de políticas fiscais, monetárias, cambiais e para reduzir a vulnerabilidade a condições financeiras globais mais apertadas e inversões de fluxos de capital.

O fundo ainda cita que permitir um câmbio flexível será um importante meio para amortecer os impactos adversos de choques externos, embora os efeitos da depreciação cambial nos balanços privados e públicos e sobre as expectativas de inflação devam ser monitorados de perto.

Brasil inicia revisão de direito antidumping na importação de laminados de aço da China, Coreia do Sul e Taiwan

17/07/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 16-07-2018)

O governo brasileiro anunciou nesta segunda-feira que vai iniciar a revisão do direito antidumping na importação de laminados planos de aço da China, Coreia do Sul e Taiwan, de acordo com resolução publicada no Diário Oficial da União.

O direito antidumping sobre as importações de laminados planos de aço ao silício, denominados magnéticos, de grãos não orientados (GNO), foi instituído em 2013 por um prazo de cinco anos, depois que uma investigação brasileira apontou a prática de dumping e dano à indústria nacional. As alíquotas aplicadas variavam entre 132,50 a 567,16 dólares por tonelada, mas, a pedido dos importadores, foram posteriormente reduzidas para entre 90 e 132,50 dólares por tonelada.

Em uma análise preliminar para o início da revisão, a Secretaria de Comércio Exterior concluiu pela “pela existência de indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, haverá continuação do dano à indústria doméstica decorrente das importações objeto da revisão”.

A revisão deverá ser concluída no prazo de 10 meses, com possibilidade de prorrogação por dois meses, e durante o período o direito antidumping será mantido, de acordo com a circular da Secex.

Em maio, o governo brasileiro iniciou investigação de dumping nas exportações de aço GNO da Alemanha.

Rio Tinto tem alta na produção de minério de ferro e sinaliza 2018 mais forte

17/07/2018 – Fonte: Reuters (publicado em 16-07-2018)

A mineradora global Rio Tinto informou nesta terça-feira que seus embarques de minério de ferro a partir da Austrália subiram 14 por cento e indicou que sua produção anual deve ficar no limite superior de suas projeções para 2018.

A mineradora afirmou que espera que os embarques de minério de ferro no ano fiquem no limite superior de sua estimativa de 330 milhões a 340 milhões de toneladas, impulsionados por ganhos de produtividade e menos interrupções causadas pelo clima no trimestre quando na comparação com o ano anterior.

Mais cedo, a empresa havia dito que não espera que tensões relacionadas a uma disputa comercial global afetem materialmente a demanda por aço.

Todas as quatro maiores produtoras globais de minério de ferro devem ter recordes de produção no segundo trimestre, dada a alta na demanda chinesa por aço no período, disse a Shipbroker Clarksons Platou Securities.

“Os volumes foram em geral um pouco menores no primeiro trimestre de 2018, uma vez que o complexo de aço chinês estava mais fraco, devido aos cortes de produção no inverno, ao Ano Novo Chinês e o Congresso Nacional do Povo. Com a produção de aço tendo crescido a níveis recordes no segundo trimestre, os volumes de minério de ferro acompanharam também”, escreveu a corretora em relatório.

Os embarques da australiana somaram 88,5 milhões de toneladas no trimestre encerrado em 30 de junho, ante 77,7 milhões há um ano, disse a companhia em comunicado.

Cobre opera em baixa, diante de pessimismo sobre demanda futura

17/07/2018 – Fonte: Isto É

Os contratos futuros de cobre operavam em baixa na manhã desta terça-feira, embora sem grande impulso. Preocupações com a oferta na América do Sul ficavam em segundo plano, diante de temores de que questões geopolíticas possam prejudicar a demanda pelo metal.

Às 7h52 (de Brasília), o cobre para três meses caía 0,2%, a US\$ 6.181 a tonelada, na London Metal Exchange (LME). Ao longo do último mês, esse contrato recua quase 12%. Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o cobre para setembro tinha baixa de 0,05%, a US\$ 2,7630 a libra-peso, às 8h06.

Os contratos futuros do metal foram prejudicados na semana passada por mais uma onda de ameaças de tarifas entre os EUA e Pequim. O assunto segue em foco, mesmo com o surgimento de temores sobre a oferta sul-americana.

Hoje é o último dia da oferta de contrato da BHP Billiton a operadores na mina chilena Escondida, a maior do mundo. Sindicatos dizem que a oferta da empresa não deve ser suficiente, ameaçando realizar uma greve. No ano passado, uma paralisação no local

durou 44 dias e apoiou os preços. O contrato oferecido não trazia elevação real do salário e previa menos da metade do bônus exigido pelos trabalhadores.

Entre outros metais básicos usados na LME, o zinco subia 2,44%, a 2.536 a tonelada, o estanho avançava 0,31%, a US\$ 19.525 a tonelada, o níquel tinha alta de 0,22%, a US\$ 13.660 a tonelada, o alumínio ganhava 0,99%, a US\$ 2.083 a tonelada, e o chumbo subia 0,95%, a US\$ 2.189 a tonelada.

Produção de minério de ferro da Vale recua em Minas Gerais

17/07/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Embora a produção total de **minério de ferro** da Vale tenha aumentado no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período de 2017, o volume do insumo produzido pela companhia em Minas Gerais caiu no mesmo tipo de comparação. Nos seis primeiros meses de 2018 a produção nacional da mineradora cresceu 0,4% sobre o acumulado de janeiro a junho do ano anterior, enquanto a produção mineira recuou 17,4% em igual comparativo.

No primeiro semestre deste ano, a Vale produziu 178,7 milhões de toneladas de minério de ferro contra 178 milhões nos mesmos meses de 2017. Já em Minas, o total produzido somou 90,6 milhões de toneladas entre janeiro e junho deste ano frente a 99,4 milhões no mesmo período do ano anterior.

Já quando considerado apenas o segundo trimestre de 2018, o resultado de 96,6 milhões de toneladas representou mais um recorde para a companhia, enquanto os 49,8 milhões alcançados no Estado significaram um avanço de 0,4% em relação aos 49,7 milhões dos mesmos meses do exercício passado.

Em Minas, a Vale opera os sistemas Sudeste e Sul. No Sistema Sudeste, que compreende as minas de Itabira, Minas Centrais e Mariana, a companhia produziu 27,6 milhões de toneladas do insumo siderúrgico no segundo trimestre, avançando 0,7% sobre os mesmos três meses de 2017.

De acordo com a companhia, o crescimento ocorreu principalmente devido à retomada de operação da planta de Timbopeba, que compensou a redução de produção de alta sílica, e a produção ficou 5,4 milhões de toneladas acima do produzido nos primeiros três meses de 2018, que tiveram condições climáticas adversas.

Com isso, o Sistema totalizou 49,8 milhões de toneladas de minério nos seis primeiros meses de 2018. Em termos percentuais, o resultado trimestral recuou 10,4% em relação à mesma época do ano anterior (55,6 milhões).

Já no Sistema Sul, que compreende as minas de Paraopeba, Vargem Grande e Itabirito, a Vale produziu 22,2 milhões de toneladas do insumo siderúrgico entre abril e junho, 0,3% a menos do que as 22,3 milhões de toneladas produzidas em iguais meses de 2017.

Conforme a Vale, o resultado se deveu principalmente à conclusão do ramp-up das plantas de processamento a seco Mutuca e Pico, que compensou a redução de produção dos produtos de alta sílica.

Além disso, a produção ficou 3,7 milhões de toneladas acima do primeiro trimestre do ano, devido à sazonalidade climática usual da época. Assim, o Sistema somou 40,7 milhões de toneladas na primeira metade de 2018, -7% frente aos 43,8 milhões de janeiro a junho do ano anterior.

Pelotas - A produção de pelotas da Vale referente ao primeiro semestre deste ano somou 25,6 milhões de toneladas, com aumento de 4% em relação aos primeiros seis

meses de 2017 (24,6 milhões de toneladas). Somente no Sistema Sul foram 5,5 milhões, 8,8% a mais que os 5 milhões da mesma época do ano passado.

Preço do diesel tem leve alta após 5 semanas de queda, diz ANP

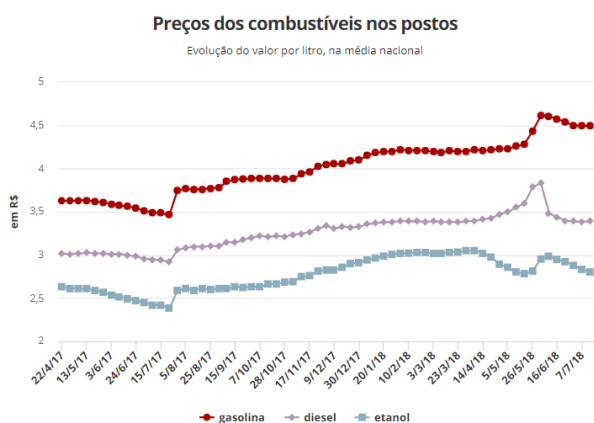
17/07/2018 – Fonte: G1 (publicado em 16-07-2018)

Preço nas refinarias permanece congelado, conforme acordo durante a greve dos caminhoneiros; já o valor médio da gasolina nas bombas caiu pela sexta semana seguida.

O preço médio do diesel nas bombas subiu na semana passada após 5 quedas consecutivas, segundo levantamento divulgado nesta segunda-feira (16) pela Agência Nacional do Petróleo, do Gás Natural e dos Biocombustíveis (ANP). Já o valor médio da gasolina para o consumidor final teve uma leve queda, marcando o sexto recuo seguido.

Preços dos combustíveis nos postos

Evolução do valor por litro, na média nacional



Fonte: ANP

Segundo a ANP, o preço do diesel subiu 0,12% na semana passada, de R\$ 3,384 para R\$ 3,388 por litro, em média.

Já o custo da gasolina nas bombas passou de R\$ 4,495 para R\$ 4,494, uma queda de 0,02%.

No mesmo período, a Petrobras subiu o preço nas refinarias em R\$ 0,01, ou cerca de 0,3%, seguindo sua política de reajuste de preços com o objetivo de acompanhar as cotações internacionais.

De acordo com a empresa, as decisões de subir ou baixar os preços nas refinarias dependem de fatores como o câmbio e o preço do barril de petróleo. O repasse ou não para o consumidor final depende dos postos. Já o valor do diesel permanece congelado nas refinarias, conforme acordo feito para encerrar a greve dos caminhoneiros.

No ano, o preço médio da gasolina calculado pela ANP já acumula alta de 9,6% - uma variação bem maior que a inflação esperada para o ano, de 4,15%. Já o diesel tem alta acumulada de 1,86%.

A ANP divulga semanalmente o preço médio por litro do diesel nos postos, com dados coletados em 459 municípios pesquisados. Os valores representam uma média calculada pela ANP. Os preços, portanto, variam de acordo com a região pesquisada.

Etanol e gás de cozinha

Na semana passada, o preço do etanol caiu 0,88%, para R\$ 2,808, em média. Foi a quinta semana seguida de queda. Em 2018, o preço médio do etanol já caiu 3,57%.

Da mesma maneira como ocorre com a gasolina e o diesel, o valor representa uma média calculada pela ANP com os dados coletados nos postos, e, portanto, os preços podem variar de acordo com a região.

Já o preço do botijão de gás de cozinha subiu 0,34% na semana passada, para a média de R\$ 68,690. No ano, há alta acumulada de 1,9%.



Mercedes espera mercado de ônibus de 15% a 20% maior

17/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 16-07-2018)

Fabricante de chassis aposta em pré-compra e licitações de veículos escolares

Com uma fatia de quase 60% dos 5,6 mil chassis de ônibus vendidos no País no primeiro semestre deste ano, a **Mercedes-Benz** continua a sustentar que este mercado deverá **crescer entre 15% e 20% este ano**.

A fabricante aposta na liberação de licitações de ônibus escolares e novas compras de modelos urbanos e rodoviários – no último caso, motivadas por frotistas que tentarão comprar carrocerias mais baratas, antes que seja obrigatória a instalação de plataforma de embarque para cadeirantes.

Por causa do segundo semestre de ano eleitoral, quando normalmente caem as vendas de ônibus no País, a Fenabrave, associação dos concessionários, reduziu sua projeção para o segmento, que antes estimava crescimento de 4,7% e agora prevê retração de 4,1%.

Walter Barbosa, diretor de vendas e marketing de ônibus da Mercedes-Benz do Brasil, explica que a fabricante segue apostando que licitações e renovações serão mais fortes do que a dificuldade imposta pelas eleições, fazendo o mercado em 2018 superar 2017.

"Enxergamos o cenário bastante positivo. O mercado caiu para cerca de apenas 10 mil unidades em 2016 e 2017, agora começou a crescer de novo. Se o segundo semestre for apenas um pouco melhor que o primeiro já teremos a expansão que esperamos", avalia Barbosa.

O mercado nacional de chassis de ônibus cresceu quase 14% no primeiro semestre, com 5,6 unidades negociadas. Mas como o desempenho do segundo semestre de 2017 foi bem melhor, caso seja mantido o ritmo atual na última metade de 2018, os cerca de 11 mil chassis apenas igualariam o resultado do ano passado. Portanto, para alcançar a performance esperada pela Mercedes, de expansão de 15%, será necessário vender ao menos mais 8 mil chassis até o fim deste ano.

Barbosa avalia que isso será possível, principalmente por causa das entregas de ônibus para o programa Caminho da Escola, em licitações que já foram realizadas e deverão ter liberação de recursos neste segundo semestre. Como sintoma da falta de compras do programa até agora, de janeiro a junho o segmento de micro-ônibus caiu 79% em

relação a 2017. "Por isso esperamos por crescimento significativo agora, temos muito a avançar nesse segmento", prevê Barbosa.

O executivo também espera pelo resultado de licitações em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os maiores estados compradores de ônibus urbanos do País. "No Rio a tarifa já foi reajustada e isso deve motivar renovações de frotas urbanas", sustenta.

O segmento de modelos rodoviários foi o que mais cresceu no ano, tanto para linhas de viagens como fretamento (71% e 108%, respectivamente).

"Imaginamos a necessidade de renovação de 2 mil ônibus rodoviários por ano. Não vamos chegar a isso ainda, mas as vendas estão crescendo com possíveis pré-compras, para fugir da obrigação de ter carrocerias com plataforma elevatória, que encarece o produto e isso motiva os empresários a adiantar a renovação", explica Barbosa.

Com recorde, vendas globais do Grupo Renault crescem 9,8% no semestre

17/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 16-07-2018)

Companhia revisa projeções para cima nos maiores mercados, incluindo o Brasil

As **vendas globais do Grupo Renault** encerraram o primeiro semestre com recorde de 2,06 milhões de unidades entregues em todo o mundo, volume 9,8% maior que o verificado em mesmo período do ano passado.

O grupo reúne cinco marcas atualmente: Renault, Dacia, Renault Samsung Motors, Alpine e Lada.

Em comunicado divulgado na segunda-feira, 16, a companhia destaca que o desempenho global foi impulsionado pelo resultado também recorde das marcas Renault e Dacia, cujos volumes chegaram a 1,3 milhão e 378 mil veículos, respectivamente. Com isso, a companhia elevou em 0,2% ponto porcentual sua participação no mercado mundial de veículos, para 4,3% na primeira metade do ano.

A empresa também revisou para cima suas perspectivas para os principais mercados globais, inclusive o Brasil.

Em nota, o grupo informa que espera crescimento de 3% do mercado mundial de veículos com relação a 2018; a previsão anterior era de 2,5%. Enquanto a Europa deve crescer 1,5% versus 1% previsto anteriormente, a companhia espera que o mercado francês evolua 2%.

Fora da Europa, a estimativa também é positiva: para o Brasil, a Renault projeta aumento de 10% das vendas totais de veículos, considerando apenas o segmento leve: antes, a marca esperava incremento de 5%. Na Rússia, é previsto mercado elevado em mais de 10%, enquanto China e Índia crescem 5% e 8%, respectivamente.

"Pelo 3º ano consecutivo, batemos um recorde de vendas com quase 2,1 milhões de veículos em um primeiro semestre. Na Europa, o grupo continua conquistando participações de mercado e, fora dela, estamos tendo excelentes performances, principalmente na América Latina, na região Eurásia e na África", declarou o membro do comitê executivo e diretor comercial do Grupo Renault, Thierry Koskas.

Na Europa, os emplacamentos do grupo cresceram 4,4% no primeiro semestre em um mercado que evoluiu 2,8%. Fora dela, a companhia registra aumento de 16,4% das

vendas. No mercado europeu, o volume superou volume de 1,07 milhão de unidades, o que garantiu uma participação de 11%.

Sozinha, a Renault avançou 1,1% com 8,1% de mercado. No segmento elétrico, a marca mantém a liderança com 21,9% deste mercado e volumes 11,6% acima do mesmo período do ano passado.

A marca Dacia também registrou recorde de vendas para o primeiro semestre na Europa, com 281,2 mil veículos e participação também recorde de 2,9%. Já a Alpine, marca que renasceu no fim do ano passado na Europa, registrou seus primeiros emplacamentos em 22 anos, com 4,8 mil unidades encomendadas.

Nas Américas, o resultado segue positivo: por aqui, a companhia registra vendas 18,1% maiores no primeiro semestre, enquanto o mercado total cresceu 6,3%. Segundo o Grupo Renault, sua participação atingiu o recorde de 7,3% na região para o período, graças à sua ofensiva de SUVs.

No Brasil, enquanto o mercado avançou 13,7% na primeira metade do ano, a Renault viu suas vendas subirem quase 28% com uma participação de mercado histórica beirando os 8,4%. Na Argentina, a marca também ampliou seus emplacamentos em 22,2%, um nível duas vezes maior que o mercado, enquanto a marca representou 14,6% das vendas totais daquele mercado.

As vendas na Eurásia, que inclui a Rússia, estão em alta de 15,1% com 25,8% de market share na região. No mercado russo, as vendas do Grupo Renault avançaram 19,7%: com Renault e Lada, a companhia detêm 25% das vendas locais.

Desde 1º de janeiro deste ano, o grupo contabiliza os volumes de vendas das marcas Jinbei e Huasong, após a criação de uma joint venture com a Brilliance, da China. Com isso, os emplacamentos na região subiram 69,5%. No entanto, considerando a comparação com o ano passado, os volumes do grupo caíram 14,8% em um mercado que avança 4,3%.

Somente na região África-Oriente Médio-Índia, os emplacamentos do grupo estão em queda de 4,5% ao mesmo tempo em que o mercado sobe 10,1%.

Mini Cabrio chega ao Brasil a partir de outubro

17/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 16-07-2018)



Desde 2009, quando chegou ao Brasil, opção conversível teve quase 1,4 mil unidades emplacadas
Preço para conversível 2019 deve partir dos R\$ 185 mil

Chega a partir de outubro no Brasil o **Mini Cabrio**, versão conversível do modelo lançada há quase 25 anos. De acordo com o Grupo BMW, o carro recebeu algumas mudanças de estilo aplicadas no hatch 2019, que chegou às concessionárias no início de junho (**aqui**).

A empresa não divulga preços, mas estima-se algo entre R\$ 185 mil e R\$ 195 mil. O

Mini Cabrio começou a ser vendido no Brasil há quase dez anos, desde o início da importação oficial do modelo pelo Grupo BMW.

Segundo a companhia, a opção conversível registrou 1.395 unidades vendidas no País nesse período. O primeiro Mini Cabrio surgiu no mercado britânico. Somente no Reino Unido anotou 89 mil unidades vendidas.

Em 2009 estreou o equipamento "Openometer", que media quantas horas o motorista havia dirigido com a capota abaixada. Em 2016 surgiu a função "Rain Warner", capaz de monitorar a previsão do tempo na região em que o carro se encontra, alertando o motorista para fechar a capota em caso de alta probabilidade de chuva.

Maestro ampliará e renovará frota para locação com recursos de debêntures

17/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 16-07-2018)

Empresa capta R\$ 80 milhões em sua segunda emissão, a maior até agora

A Maestro Frotas, locadora de veículos, concluiu a emissão de R\$ 80 milhões em debêntures, cujos recursos serão utilizados para a ampliação e renovação de sua frota, hoje com 2,5 mil veículos.

Atualmente, a empresa é dedicada exclusivamente à locação de frotas corporativas, incluindo veículos pesados. Esta é a segunda emissão realizada pela companhia: a primeira, feita em 2015, foi no valor de R\$ 62 milhões.

Desta vez, a parcela de recursos aplicada no crescimento da empresa será maior – o equivalente a 50% da captação ou R\$ 40 milhões. "A emissão foi bem-sucedida, com taxas dentro do intervalo previsto e vencimento em quatro anos", afirma o CFO da Maestro, Carlos Alves.

A diversificação da frota é uma das características do negócio, que conta com investimentos em veículos executivos e também caminhões, seguindo a tendência de terceirização do mercado.

"As empresas estão reduzindo seu investimento em ativos fixos, movimento que se acentuou com a recessão da economia e que está dando impulso ao mercado de locação de frotas", explica o presidente da Maestro, Fabio Lewkowicz.

No ano passado, a empresa contabilizou aumento de 5% no volume de locação e a perspectiva para este ano continua positiva.

O faturamento total, incluindo a venda de veículos, foi de R\$ 74,5 milhões no ano passado, aumento de 18% no comparativo anual. A terceirização de veículos pesados – serviço lançado há pouco mais de um ano – representa 10% da frota da empresa em valor de ativo.

Olhando para a diversificação de negócio, a empresa está avaliando o início de uma operação de locação dedicada ao mercado de aplicativos. A ideia é começar ainda este ano um teste para atender diretamente motoristas de serviços como Uber, Cabify e 99.

"Atualmente atendemos uma parcela pequena deste mercado, e a proposta é ampliar essa presença, que cresce de forma acelerada", acrescenta Lewkowicz.

JTZ se consolida no 3º lugar entre as fábricas de motos

17/07/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 16-07-2018)



Lançado no 1º semestre de 2017, Kymco Downtown 300 já rivaliza com Dafra Citycom em emplacamentos

Empresa monta e distribui produtos das marcas Haojue e Kymco

A fabricante de motos **JTZ** se consolida como a terceira maior em volume de vendas no Brasil. A empresa compartilha estrutura com a J.Toledo (representante da Suzuki) para a montagem e distribuição de **motos** e scooters da marca chinesa Haojue e scooters da taiwanesa Kymco.

De janeiro a junho deste ano foram emplacadas 5,2 mil unidades das duas marcas. A maioria é da Haojue (4,6 mil). Os produtos são montados na fábrica da J.Toledo em Manaus e distribuídos em cerca de 70 pontos de venda no País, dentro de concessionárias Suzuki.

As vendas dos novos produtos começaram em abril de 2017 e já têm um papel importante para J.Toledo e JTZ, cujas vendas totais representavam 1% do mercado de motos no primeiro semestre do ano passado e já chegam a 1,7% de janeiro a junho de 2018.

O modelo mais vendido pela JTZ em 2018 é a Haojue Chopper 150, uma moto que teve aceitação imediata desde o ano passado porque substituiu, dentro da rede Suzuki, a Intruder 125, com estilo semelhante e cuja montagem foi interrompida em novembro de 2015. A Haojue mais acessível é a Nex 110, motoneta semelhante à Honda Biz, mas com preço 22% mais baixo. São R\$ 5.980, de acordo com a fabricante.

O scooter Kymco Downtown, com motor de 300 cc e preço sugerido de R\$ 21.624, já se igualou em vendas neste primeiro semestre ao Dafra Citycom 300, que liderava essa faixa de cilindrada desde 2010, quando chegou ao mercado. Cada um teve 580 unidades emplacadas de janeiro a junho de acordo com números da Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

Neste mês a JTZ tornou-se mais uma das empresas filiadas à Abraciclo, associação que reúne as fábricas de motos e bicicletas instaladas em Manaus. É provável que a partir de agosto a empresa passe a divulgar seus números de produção e vendas no site da entidade.